



Especial Oitava e nova avaliações

Más notícias que podem bater à porta da Função Pública e reformados

Tribunal Constitucional já alertou para os riscos de algumas das medidas que ficaram decididas durante a sétima avaliação. Apesar disso, o Governo insiste

A base de trabalho destas avaliações da troika parte de um menu de medidas que inclui novos cortes nos salários dos funcionários públicos, reduções nas pensões em pagamento e uma significativa penalização nas

reformas das pessoas que estão agora a terminar a sua carreira. Os últimos acordãos do Constitucional revelam que há fortes riscos nesta estratégia. Ainda assim, há medidas que têm maior risco do que outras:

é mais provável que o Tribunal Constitucional chumbe os cortes nas pensões em pagamento do que a alteração das regras que vão definir o cálculo das futuras pensões, quer no público quer no privado.

Cortes nas pensões da CGA

O Governo quer aplicar um corte médio de 10% nas pensões pagas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA). Este corte aplica-se a todas as pessoas que já estão reformadas (também haverá repercussões para quem se aposentar no futuro, mas a magnitude do corte depende da data da reforma) da CGA ou de fundos de pensões integrados neste sistema de pensões. Ficam de fora os aposentados que têm a reforma indexada ao valor dos salários dos trabalhadores no activo - caso dos juizes e diplomatas jubilados ou dos reformados da Caixa Geral de Depósitos, pelo menos. O diploma está concluído e em fase de discussão pública. Deverá começar a ser analisado em breve pelos deputados da Assembleia da República. **EM**

O RISCO

No Parlamento, a medida deverá ser aprovada pelo PSD e CDS. Contudo, pode esbarrar no Tribunal Constitucional. Vários especialistas já apontaram para a ilegalidade de se cortar em definitivo pensões já em pagamento. Com a agravante de estes incidirem apenas sobre uma parte da população.

Idade da reforma sobe por duas vias

A idade da reforma vai subir para os 66 anos, tanto na Segurança Social, onde as reformas antecipadas estão suspensas, como na Caixa Geral de Aposentações. A esta medida, que terá impacto sobre todos os trabalhadores que queiram reformar-se no próximo ano, soma-se o agravamento do factor de sustentabilidade, que implica um corte nas novas pensões que só pode ser evitado se o trabalhador adiar o momento da reforma. As medidas já anunciadas indicam, portanto, que quem esteja a pensar reformar-se terá regras mais penalizadoras. Ainda está por esclarecer, no entanto, como se articula a nova idade da reforma com o novo factor de sustentabilidade.

O RISCO

As alterações que o Governo está a preparar têm forte impacto sobre as expectativas dos trabalhadores que estão prestes a reformar-se. Apesar disso, o risco de inconstitucionalidade é mais baixo do que no corte às pensões em pagamento. Houve no passado várias reformas do género.

Resta saber, ainda, se a alteração será única. **CAP**

TSU sobre pensionistas

É um cutelo que ameaça há vários meses todos os reformados: o lançamento de uma taxa universal, sobre todos os pensionistas, que lhes tire de forma definitiva uma percentagem da pensão. Na prática, trata-se de uma medida semelhante à que está a ser desenhada para os reformados da Caixa Geral de Aposentações (CGA) mas para todos os reformados, também da Segurança Social. Nunca chegou a ser explicada em detalhe, mas a ideia seria que fosse aplicada em acumulação com os cortes da CGA (ou seja, os pensionistas do Estado seriam duas vezes penalizados). A medida está em cima da mesa desde a sétima avaliação da troika e só não avança se o Governo conseguir arranjar medidas alternativas que valham cerca de 400 milhões de euros. **EM**

O RISCO

Há vários riscos. Um é Constitucional e tem a ver com o facto de se quererem cortar pensões a quem as já está a receber. O outro é político: Paulo Portas, que abriu uma crise na sétima avaliação, disse que esta é a linha vermelha que não deixará passar. Falta saber o que fará se não arranjar alternativa.

Corte nos salários e suplementos

A revisão das tabelas salariais da Função Pública foi admitida pela primeira vez no final de 2011 pelo secretário de Estado da Administração Pública e prontamente desmentida pelo primeiro-ministro. Só em Maio do ano passado se tornou oficial, também pela voz de Pedro Passos Coelho. Nessa altura, já depois do chumbo do Tribunal Constitucional à suspensão dos subsídios de férias e de Natal, o primeiro-ministro anunciou que iria rever as tabelas salariais e os suplementos em Janeiro de 2014 com o objectivo de poupar 445 milhões de euros. O Governo tem estado em silêncio sobre o assunto mas o documento das Grandes Opções do Plano, divulgado no final de Agosto, explicava que a revisão de tabelas vai avançar. **CAP**

O RISCO

O Tribunal Constitucional já avisou e repetiu: os cortes salariais aplicados em 2011, para salários acima de 1.500 euros, já estão no limite do admissível. Este diploma será provavelmente analisado num pacote que também inclui o aumento do horário, que pressupõe um corte salarial.